

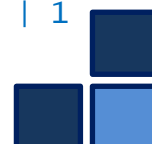


USINA ELÉTRICA DO PRATA S/A
CNPJ: 05.646.253/0001-50
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

USINA ELÉTRICA DO PRATA S/A

2022





USINA ELÉTRICA DO PRATA S/A
CNPJ: 05.646.253/0001-50
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

Sumário

RELATÓRIO DA DIRETORIA	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	4
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS	10

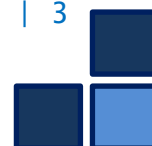


Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encerradas em 31/12/2022.

Agradecemos a todos que ajudaram ativamente no crescimento da empresa durante esse ano, em especial aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela dedicação e confiança depositada.

Nosso compromisso é a busca incessante do sucesso da organização através do trabalho em prol da sociedade, sempre respeitando as normas ambientais.



Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Ativo

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.543	7.413
Contas a receber	4	2.873	849
Adiantamentos a fornecedores		528	112
Impostos a recuperar		575	115
Outras contas a receber		196	176
		10.715	8.665
Não circulante			
Imobilizado	5	130.147	122.221
Intangível		237	237
		130.384	122.458
		141.099	131.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanço Patrimonial – Passivo

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	6	5.644	5.801
Fornecedores		691	484
Obrigações sociais e trabalhistas		188	215
Impostos a recolher		211	251
Imposto de renda e contribuição social		306	266
Outras contas a pagar	7	4.205	1.992
Dividendos a pagar	9	3.111	-
		14.356	9.009
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	6	33.587	38.943
Adiantamentos para futuro aumento de capital	8	1.116	1.116
		34.703	40.059
Patrimônio líquido			
Capital social	9	59.000	59.000
Reservas de lucros	9	33.040	23.055
Total do patrimônio líquido		92.040	82.055
		141.099	131.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2022	2021
Receita líquida de venda de energia	10	27.891	27.568
Custo da geração de energia	11	(6.971)	(20.666)
Lucro bruto		20.920	6.902
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(3.671)	(3.502)
Outras Receitas Operacionais			
Demais Receitas e Renda		6	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		17.255	3.400
Receitas financeiras	12	767	686
Despesas financeiras	12	(3.797)	(4.752)
Resultado antes dos impostos		14.225	(666)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	13	(1.129)	(1.091)
Lucro líquido do exercício		13.096	(1.757)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



USINA ELÉTRICA DO PRATA S/A
CNPJ: 05.646.253/0001-50
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

Demonstração do Resultado Abrangente

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
Resultado do exercício	13.096	(1.757)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	13.096	(1.757)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1 de janeiro de 2021		59.000	1.618	23.194	-	83.812
Lucro líquido do exercício		-	-	-	(1.757)	(1.757)
Reversão de Reserva de Retenção de Lucros		-	-	(1.757)	1.757	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		59.000	1.618	21.437	-	82.055
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.096	13.096
Constituição de Reserva Legal		-	654	-	(654)	-
Dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	(3.111)	(3.111)
Constituição de Reserva de Retenção de Lucro		-	-	9.331	(9.331)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		59.000	2.272	30.768	-	92.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		13.096	(1.757)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		3.018	3.014
Juros provisionados		3.785	4.750
Variação nos ativos e passivos			
Adiantamentos a fornecedores		(416)	(3.225)
Impostos a recuperar		(460)	152
Contas a receber		(2.024)	(849)
Outras contas a receber		(20)	(211)
Impostos a recolher		1.129	1.183
Fornecedores		207	222
Pagamento de juros sobre empréstimos		(272)	(514)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.129)	(1.091)
Outras contas a pagar		2.186	1.590
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		19.100	3.264
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível		(10.944)	(12.410)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(10.944)	(12.410)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(9.026)	(9.606)
Dividendos pagos		-	(2.882)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento		(9.026)	(12.488)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(870)	(21.634)
Demonstração do(a) aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		7.413	29.047
Saldo final no caixa e equivalentes de caixa		6.543	7.413
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa		(870)	(21.634)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional

A Usina Elétrica do Prata S.A. (“Prata” ou “Companhia”), com sede em Juscimeira – MT na Est. Rio Prata, S/N- KM 13,73, Zona Rural, e com sede administrativa em Curitiba – PR, foi constituída em 10 de dezembro de 2002 e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Atualmente a Companhia é detentora de 4 (quatro) outorgas para exploração de energia elétrica que são: PCH Água Prata (13,30 MW), PCH Água Brava (13,05 MW), PCH Água Clara (4,00 MW) e PCH Água Branca (10,00 MW). O período de concessão é de 30 anos, e o estágio de cada um das PCHs está conforme segue:

A PCH Água Prata entrou em operação comercial através do Despacho 2.359, de 4 de agosto de 2017.

A PCH Água Brava entrou em operação comercial através do Despacho 1.216, de 26 de abril de 2019.

A PCH Água Clara encontra-se em obra com previsão de conclusão em 2023.

A PCH Água Branca a Administração optou por não dar continuidade no empreendimento.

O complexo de pequenas centrais hidrelétricas encontram-se na bacia hidrográfica do rio Paraguai, Município de Juscimeira, Estado de Mato Grosso.

2. Políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.



2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas na seguinte notas explicativa:

Nota explicativa nº 4 - Ativo imobilizado: O cálculo da depreciação de ativos imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Reconhecimento de contrato de cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os registros das operações venda no mercado livre e regulado são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com as informações contratuais.



2.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram apurados de acordo com a sistemática denominada Lucro Presumido, em que o imposto de renda é calculado sobre a presunção de 8% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada sobre a presunção de 12% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.9 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.



Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL (MCSE), das quais são revisadas periodicamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

A Administração entende a Companhia, está enquadrada nos critérios do Decreto 9.158 de 2017, que determina em seu Art. 1º, que as outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5.000 kW (cinco mil quilowatts) e inferior ou igual a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) que não tenham sido prorrogadas anteriormente, que estavam em vigor em 18 de novembro de 2016 e cujo empreendimento se encontre em operação poderão ser prorrogadas uma vez por meio de requerimento, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e deste Decreto. Nesse contexto, nenhuma das taxas determinadas pelo MCSE considera vida útil estimada superior aos prazos das autorizações somadas ao prazo da prorrogação esperada. Portanto, a taxa de depreciação não se limita ao prazo da autorização para operação, tendo em vista que a Administração tem expectativa de prorrogação do prazo de acordo com o referido decreto.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de imobilizado	Taxa de depreciação anual
Edificações, obras e benfeitorias	3,50%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,50%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,50% a 6,25%
Móveis e utensílios	4,00% a 6,25%
Veículos	14,29%
Equipamentos de informática	16,67%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



2.10 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA-instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e



Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.



(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11 Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.



2.12 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

2.13 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.15 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.16 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.



(i) Como arrendatário

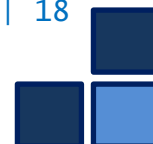
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos desta espécie efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos recebidos desta modalidade.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.



Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

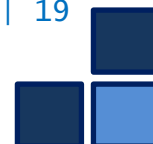
Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.17 Novas normas e interpretações de normas emitidas

Não existem novas normas, alterações de normas e interpretações que estejam em vigor ou ainda entrarão em vigor, e que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.



3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	16	16
Bancos	2.092	558
Aplicações financeiras (i)	4.435	6.839
	<u>6.543</u>	<u>7.413</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas a taxas de aproximadamente 98% do CDI. Por tratar-se de operações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a Receber

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2022, está representado pelo montante de R\$ 2.873 (R\$849 em 31 de dezembro de 2021), correspondente ao fornecimento faturado a receber, decorrentes da venda de energia elétrica.

5. Imobilizado

		2022		2021	
	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.600	-	1.600	1.597
Edificações, obras e benfeitorias	3,50%	67.683	(7.270)	60.413	62.041
Reservatórios, barragens e adutoras	3,50%	19.039	(2.177)	16.862	17.363
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,50% a 6,25%	23.574	(3.621)	19.953	20.761
Móveis e utensílios	4,00% a 6,25%	127	(27)	100	96
Veículos	14,29%	262	(119)	143	180
Equipamentos de informática	16,67%	157	-	157	156
Adiantamento a fornecedores (i)	-	-	-	-	-
Obras em andamento (i)	-	30.919	-	30.919	20.027
		<u>143.361</u>	<u>(13.214)</u>	<u>130.147</u>	<u>122.221</u>

- (i) Refere-se, principalmente, às obras em andamento relacionadas a construção das PCHs.

Movimentação do custo no exercício

	2022				2022
	2021	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	1.597	3	-	-	1.600
Edificações, obras e benfeitorias	67.683	-	-	-	67.683
Reservatórios, barragens e adutoras	19.039	-	-	-	19.039
Máquinas, equipamentos e ferramentas	23.538	36	-	-	23.574
Móveis e utensílios	115	12	-	-	127
Veículos	262	-	-	-	262
Equipamentos de informática	156	1	-	-	157
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-
Obras em andamento	20.027	10.892	-	-	30.919
	132.417	10.944	-	-	143.361

	2021				2021
	2020	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	1.597	-	-	-	1.597
Edificações, obras e benfeitorias	67.683	-	-	-	67.683
Reservatórios, barragens e adutoras	19.039	-	-	-	19.039
Máquinas, equipamentos e ferramentas	23.532	6	-	-	23.538
Móveis e utensílios	115	-	-	-	115
Veículos	262	-	-	-	262
Equipamentos de informática	136	20	-	-	156
Adiantamento a fornecedores	56	-	(56)	-	-
Obras em andamento	4.240	15.787	-	-	20.027
	116.660	15.813	(56)	-	132.417

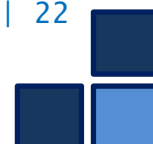
Movimentação da depreciação no exercício

	2021	2022			2022
		Adições	Baixas	Transferências	
Edificações, obras e benfeitorias	(5.642)	(1.628)	-	-	(7.270)
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.676)	(501)	-	-	(2.177)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(2.777)	(844)	-	-	(3.621)
Móveis e utensílios	(19)	(8)	-	-	(27)
Veículos	(82)	(37)	-	-	(119)
	<u>(10.196)</u>	<u>(3.018)</u>			<u>(13.214)</u>

	2020	2021			2021
		Adições	Baixas	Transferências	
Edificações, obras e benfeitorias	(4.013)	(1.629)	-	-	(5.642)
Reservatórios, barragens e adutoras	(1.175)	(501)	-	-	(1.676)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(1.936)	(841)	-	-	(2.777)
Móveis e utensílios	(13)	(6)	-	-	(19)
Veículos	(45)	(37)	-	-	(82)
	<u>(7.182)</u>	<u>(3.014)</u>			<u>(10.196)</u>

6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.



Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Natureza (em moeda nacional)	Taxa de juros	2022	2021
Banco do Brasil (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste)	TFC+IPCA (i)	18.265	20.818
Banco do Brasil (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste)	9,5% a.a	20.966	23.926
		39.231	44.744
Circulante		5.644	5.801
Não circulante		33.587	38.943
		39.231	44.744

- (i) O Bacen divulga, no último dia útil do mês, os componentes pré-fixados Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC para apuração dos encargos financeiros do mês seguinte. A Taxa de Longo Prazo - TLP, (apurada na forma da Lei nº 13.483, de 21/09/2017, e Resolução Bacen nº 4.600, de 25/09/2017) faz parte do componente pré-fixado da TFC e é aplicada uniformemente até o vencimento da operação. Adicionalmente considera-se no cálculo da TFC o Fator de Atualização Monetária - FAM que é composta pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, consequentemente a TFC passa a ser uma taxa pós fixada. Estes contratos de empréstimos possuem vigência até jan e jun de 2030 respectivamente.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no ano foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.114
Captações	-
(+) Juros e atualizações capitalizados ao imobilizado	-
(+) Encargos financeiros	4.750
(-) Pagamento de principal e juros	(10.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.744
Captações	-
(+) Juros e atualizações capitalizados ao imobilizado	-
(+) Encargos financeiros	3.785
(-) Pagamento de principal e juros	(9.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	39.231
2022	5.644
2023	4.198
2024	4.198
2025	4.198
2026	4.198
2027 a 2030	16.795
	39.231

Compromissos (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia junto às instituições financeiras contém cláusulas usuais de compromissos (“covenants”), relacionados a aspectos administrativos, operacionais e financeiros. Conforme disposto nos contratos, estes covenants passam a entrar em vigor no exercício de 2020.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detém dois empréstimos bancários, na modalidade de FCO Empresarial - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste, no montante de R\$ 39.213, que, de acordo com os termos do contrato, terão vencimento no ano de 2030. Os contratos contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) estabelecendo que, anualmente, sejam cumpridos determinado índice financeiro, calculado com base nas demonstrações financeiras anuais e auditadas, que é de atingir um ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo de 1,3x.

O eventual não atingimento destes covenants implicará na possibilidade da exigência da liquidação antecipada pela respectiva contraparte.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade frente aos compromissos assumidos.

Garantias

As garantias dos empréstimos captados referem-se à penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL, penhor de ações e cessão de fiduciária de direitos creditórios (receitas).

7. Outras Contas a Pagar

Compreende os adiantamentos recebidos da Energética PCH Beleza Ltda referente ao compartilhamento da linha de transmissão.

8. Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os mútos entre partes relacionadas são realizadas de acordo com condições estabelecidas nos respectivos contratos, não comparáveis a operações com terceiros não relacionado.



b. Adiantamento para futuro aumento de capital

	2022	2021
Pró-Angelo Participações Ltda.	118	118
Time Life Participações Societárias Ltda.	118	118
V. Sul Participações Ltda.	118	118
C. M. G. Investimentos S/A	118	118
AG47 Participações Societária	118	118
Safira Investimentos e Participações Ltda	63	63
Topazio Investimentos e Participações Ltda	63	63
Design Head Eng e Const Ltda.	-	56
Eletroeste Centrais Elétricas Ltda.	56	56
Geracon Engenharia e Comércio Ltda.	56	56
Paineiras Part e Empreendimentos	54	54
Dall'Oglio Participações – EPP	40	40
Alberto de Andrade Pinto	28	-
Elisabete Klein	28	-
Kyra Participações Ltda.	17	17
Farfalla Participações Ltda.	17	17
Viceroy Participações S/A	17	17
Tanapam Participações Ltda.	17	17
Marezi's Participações Ltda.	17	17
San Martin Participações S/A	17	17
Shaika Participações Ltda.	17	17
Luis Antonio de Carvalho Whitaker	11	11
Paulo Henrique John	8	8
	1.116	1.116

Os adiantamentos acima representados têm previsão de integralização durante o exercício de 2023.

c. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria, cujos diretores são remunerados diretamente pelos acionistas que os indicam, não cabendo à Companhia nenhuma responsabilidade pela remuneração dos mesmos. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

9. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Participação societária

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social encontrava-se distribuído entre os seguintes acionistas:

31 de dezembro de 2022			
	Ações	%	Valor
Pró-Angelo Participações Ltda.	625.254.634	10,60	6.253
Time Life Participações Societárias Ltda.	625.254.634	10,60	6.253
V. Sul Participações Ltda.	625.254.634	10,60	6.253
CMG Investimentos S/A	625.254.634	10,60	6.253
AG47 Participações Societárias Ltda.	625.254.634	10,60	6.253
Safira Investimentos e Participações Ltda	335.626.342	5,69	3.356
Topazio Investimentos e Participações Ltda	335.626.342	5,69	3.356
Eletroeste Centrais Elétricas Ltda.	294.999.979	5,00	2.950
Geracon - Engenharia e Comércio Ltda.	294.999.979	5,00	2.950
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.	275.797.475	4,65	2.756
Dall'Oglio Participações Ltda – EPP	213.184.400	3,61	2.132
Alberto de Andrade Pinto	147.499.989	2,50	1.475
Elisabete Klein	147.499.990	2,50	1.475
Kyra Participações Ltda.	88.998.213	1,51	890
Marezi's Participações Ltda.	88.998.213	1,51	890
Farfalla Participações Ltda.	88.998.213	1,51	890
Viceroy Participações S/A	88.998.213	1,51	890
San Martin Participações S/A	88.998.213	1,51	890
Tanapam Participações Ltda.	88.998.213	1,51	890
Shaika Participações Ltda.	88.998.213	1,51	890
Luis Antonio de Carvalho Whitaker	59.000.000	1,00	590
Paulo Henrique John	44.249.985	0,75	442
Raluma Participações Ltda.	2.254.858	0,04	23
Total	5.900.000.000	100,00	59.000

b. Reserva legal

De acordo com Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício social destinar-se-ão 5% (cinco por cento) para formação da reserva legal, limitando-se a 20% (vinte por cento) do capital social.

A administração efetuou a proposição de reserva legal relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 654.

c. Dividendos mínimos obrigatório

De acordo com o Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício, após constituição da reserva legal, serão destinados em montante não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) para dividendo mínimo obrigatório, e a quantia remanescente será distribuída de acordo com a decisão dos sócios que representarem 64% do capital da Companhia deliberado em Assembleia Geral.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros corresponde a transferência dos lucros acumulados para a reserva de lucros deduzindo a reserva legal e distribuição de dividendos. Em 2022, foi constituído Reserva legal no valor de R\$ 9.331 (em 2021, a companhia apresentou prejuízo, não houve constituição de Reserva Legal).

10. Receita líquida de venda de energia

	2022	2021
Receita bruta		
Receita com venda de energia elétrica	<u>28.947</u>	<u>28.612</u>
Deduções		
Cofins sobre vendas	(868)	(858)
Pis sobre vendas	<u>(188)</u>	<u>(186)</u>
	<u>(1.056)</u>	<u>(1.044)</u>
	<u>27.891</u>	<u>27.568</u>

11. Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Depreciação	(3.018)	(3.014)
Salários e encargos	(1.873)	(1.515)
Suprimento de energia elétrica	-	(6.900)
Serviços de terceiros	(1.411)	(987)
Impostos e taxas	(1.218)	(1.224)
Manutenção de peças e equipamentos	(544)	(275)
Combustíveis	(89)	(50)
Fretes	(1)	(1)
Custo de compra de energia elétrica – CCEE	(1.985)	(9.149)
Outros custos e despesas	<u>(503)</u>	<u>(1.053)</u>
	<u>(10.642)</u>	<u>(24.168)</u>
 Custos da geração de energia	 (6.971)	 (20.666)
Despesas gerais e administrativas	<u>(3.671)</u>	<u>(3.502)</u>
	<u>(10.642)</u>	<u>(24.168)</u>

i) Suprimento de energia elétrica

Devido a normalização das chuvas, e consequentemente aumento na geração de energia elétrica, a Companhia não teve custos com aquisição de energia no curto prazo para revenda em 2022, em 2021 a compra de energia para suprimento foi de R\$ (6.900).

ii) Custos de compra de energia elétrica - CCEE

Devido a normalização das chuvas, e consequentemente aumento da geração, a Companhia teve uma redução nas despesas com Liquidação financeira dos valores decorrente da contabilização relativas às operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, em 2022 a despesas foi de R\$ (1.985) frente a (9.149) no exercício de em 2021.

12. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	767	686
	<u>767</u>	<u>686</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.674)	(4.747)
Despesas bancárias	(5)	(2)
Outras despesas financeiras	(118)	(3)
	<u>(3.797)</u>	<u>(4.752)</u>
	<u>(3.030)</u>	<u>(4.066)</u>

13. Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecido no resultado do exercício e conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrado como segue:

b. Imposto de Renda Pessoa Jurídica Lucro Presumido

	2022	2021
Receita com geração	28.947	28.612
Presunção 8%	2.316	2.289
Receita financeira	767	686
Ganho venda imobilizado	-	-
Base de Calculo IRPJ Presumido	3.083	2.975
IRPJ 15%	462	447
Base de cálculo Adicional IRPJ	2843	2.735
Adicional IRPJ 10%	284	275
IRPJ a pagar	746	722

c. Contribuição Social sobre Lucro Líquido Lucro Presumido

	2022	2021
Receita com geração	28.947	28.612
Presunção 12%	3.474	3.433
Receita financeira	767	654
Base de cálculo CSLL Presumido	4.241	4.087
CSLL a Pagar	382	369
IRPJ e CS – Correntes	1.129	1.091

14. Provisão para contingências

A Companhia não mantém processos judiciais como polo passivo, com risco de perda possível ou provável. Desta forma a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.



15. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado a PCH.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

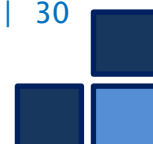
Risco de crédito é aquele onde a Companhia poderá incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados.

	Valor contábil	
	2022	2021
Bancos	2.092	558
Aplicações financeiras	4.435	6.839
	<u>6.527</u>	<u>7.397</u>

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.



A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas, assim como também de obtenção de empréstimos e financiamentos e adiantamentos para futuro aumento de capital. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos e financiamentos	5.801	11.191	16.125	12.068
Fornecedores	474	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	215	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022				
Empréstimos e financiamentos	5.644	8.396	12.594	12.597
Fornecedores	691	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	188	-	-	-

Instrumentos financeiros e depósitos bancários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovados pelos acionistas, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é aquele que sofre alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição a riscos de taxa de juros



Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (valor contábil) remunerados por juros da Companhia era:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo		
Aplicações financeiras (CDI)	<u>4.435</u>	<u>6.839</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	<u>39.231</u>	<u>44.744</u>

Análise de sensibilidade para empréstimos e financiamentos com taxa de juros pós-fixada:

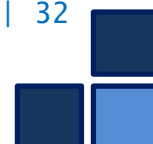
Uma alteração no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, na data do balanço, teria aumentado o Fator de Atualização Monetária – FAM que é o componente pós fixado da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais – TFC, encargo remuneratório de um dos empréstimos e financiamentos da Companhia. A análise abaixo considera os impactos possíveis e remotos que um aumento no IPCA teria sobre o valor de empréstimos e financiamentos da Companhia, bem como no resultado do exercício, sendo o cenário provável o cenário em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Cenário atual</u>		<u>Possível</u>		<u>Remoto</u>	
Sensibilidade ao IPCA	IPCA(*)	Exposição	IPCA	Impacto	IPCA	Impacto
Impacto no resultado	5,8%	2.275	8,12%	3.185 <u>(911)</u>	9,75%	3.825 <u>(1.550)</u>

(*) IPCA projeção 2023.

Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos respectivos valores contábeis.



16. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía seguros para bens sujeitos a riscos operacionais e para danos materiais os quais julga suficientes para cobrir eventuais riscos.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Paulo Henrique Gulin Gomes
Diretor
CPF: 033.948.829-81

Walter Camargo
Contador
CRC - PR 034155/O-9

